



Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Relatório e Contas de 2017 da Direcção

e

Parecer do Conselho Fiscal

Nº 164/2017

Lisboa 2018

Relatório da Direcção

Dando cumprimento ao estipulado nos Estatutos da Associação de Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão, em vigor, e de acordo com a alínea b do ponto 1 do artigo 13º, da Subsecção II do Decreto-Lei nº 221/14 de 14 de Novembro foi redigido o presente Relatório, o qual foi submetido ao parecer do Conselho Fiscal e à aprovação da Assembleia Geral, em conjunto com as Contas da Direcção, referentes ao ano 2017.

Este documento pretende informar todos os associados acerca do desenvolvimento de todas as actividades que ocorreram ao longo do ano 2017, nesta Instituição, exibindo também toda a situação financeira da Associação no final do mesmo ano, conforme se verifica nos vários mapas anexos a este Relatório, referentes ao Balanço, Demonstração dos Resultados por Natureza, Fluxos de Caixa e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados por Natureza do exercício em 31 de Dezembro de 2017.

De seguida apresentamos, de forma resumida, a descrição das actividades mais importantes que se registaram durante o ano de 2017.

Acção social

No decorrer de 2017 decorreram várias acções e actividades, sendo uma das actividades, de há longos anos, a utilização da Colónia Balnear pelas crianças do Refúgio Aboim Ascensão nos meses de Junho a Setembro. As excepcionais condições ambientais e de localização da Ilha de Faro, permitem que as crianças com idade superior a 3 anos passem os meses estivais com os colaboradores do RAA e com o apoio de alguns voluntários na Colónia Balnear.

JSL
LAP
MSI
PP
C

Refúgio Aboim Ascensão (delegação de Faro)

Desenvolvimento da Actividade

1. Humana e Financeira

a. Humana

1) Crianças

Continua a revestir-se de grande complexidade a definição, organização e implementação do Projecto de Vida referente a cada Criança acolhida, em perigo.

2) Técnicos e Funcionários

Prevalece a dificuldade de harmonizar a intensidade e qualidade do trabalho de Emergência Infantil, nomeadamente no tocante ao balanceamento entre suas vidas, na Instituição e Privada, das técnicas e funcionárias.

b. Financeira (Fundraising)

Permanece o grande esforço na captação de novos Mecenas e na consolidação e/ou intensificação dos apoios existentes, tendo em conta o facto de uma parcela bastante significativa dos rendimentos da Instituição ser constituída por donativos de Particulares e Empresas. De facto, no decurso do exercício de 2017 foi possível captar novos apoios ou reforçar os já existentes, nomeadamente Beneméritos Estrangeiros, que visitam e conhecem o trabalho desenvolvido pelo Refúgio Aboim Ascensão, valorizando a metodologia de Emergência Infantil e apreciando os resultados atingidos. De salientar ainda o apoio manifestado pela Sociedade Civil, através dos donativos que nos direcionam e da consignação de IRS, que em 2017 atingiu os 226.038,68€, facto que muito nos honra e responsabiliza.

Ao nível dos Acordos e outros Apoios do Estado, foi necessário garantir inalterado o nível de cooperação precedente, o que obrigou a uma pressão e acompanhamento ainda mais efectivos e constantes por parte do Director do Refúgio Aboim Ascensão, Dr. Luis Villas-Boas.

2. Jurídica

Duas grandes vertentes:

a. Direito das Crianças: acompanhamento e apoio ao Departamento de Acção Social, nomeadamente através da estreita colaboração no âmbito dos processos de promoção e protecção de menores, da instrução de processos de confiança judicial e da regularização e obtenção dos documentos de identificação das crianças.

b. Recursos Humanos: Apoio técnico ao nível das questões laborais, que se colocam numa estrutura como a do RAA no que respeita a férias, faltas e processos disciplinares, entre outros.

3. Médica

Para além do quanto é do conhecimento da ARS, as dificuldades na área médica, decorrem da especificidade inerente à actividade única desta Instituição: o acolhimento de crianças de muito baixa idade, tipologia dos acolhimentos e seus antecedentes pessoais e familiares. Assim, as crianças acolhidas deslocam-se frequentemente a consultas sendo acompanhadas nas mais diversas especialidades, quer na região do Algarve, quer fora dela. Os cuidados continuados de saúde são uma realidade, uma vez que se encontram no RAA vinte (20) crianças especiais, com as mais diversas patologias.

O apoio do Mecenato ao nível Médico tem vindo a consolidar-se e é fundamental para a manutenção da qualidade dos cuidados prestados.

4. Psicológica e Psicoterapêutica

Continuou intensa a avaliação psicodiagnóstica e a intervenção psicoterapêutica ao longo de 2017. A tipologia das crianças acolhidas requerer esforços suplementares nesta actividade. Porém, o correlato jurídico das decisões em Tribunal continua a constituir forte estímulo na consolidação do Modelo Emergência Infantil, criado pelo RAA em 1986. De relevar neste domínio a eficácia da interacção das Psicólogas Clínicas com as Educadoras de Infância, Fisioterapeutas, T. Ocupacionais, T. Fala e Médica.

De importância é também o apoio e acompanhamento de vinte e duas (22) crianças que frequentaram a Escola Pública a par do trabalho diário de intervenção nas várias salas de Educação Pré-primária (3-6) e Ante Pré-primária (0-3) com a maioria das crianças.

5. Social

No ano de 2017 foram integradas nas suas famílias biológicas ou adoptivas quase três dezenas de crianças (28).

Como do antecedente demos continuidade:

- Aos acompanhamentos das famílias das crianças acolhidas, em articulação com as Entidade que solicitaram o acolhimento (Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais);
- Aos contactos e envio de informação para a Segurança Social, Comissões de Protecção de Menores e Tribunais referente às crianças acolhidas e suas famílias;
- À participação nos Tribunais em Audiências e Debates Judiciais;

JSL
4
18/11
18/11
18/11

- Ao envio de vinte e nove (29) relatórios de caracterização das crianças em situação de adoptabilidade para a Segurança Social, com vista à selecção dos candidatos com o perfil mais adequado às crianças;
- Ao acompanhamento de cerca de catorze (14) crianças no período de vinculação observada para a adopção;
- Aos acompanhamentos no período de pré adopção, em pareceria com a Segurança Social de Faro, das crianças e respectivas famílias adoptivas.

6. Pedagógica

a. Integração da Criança em sala lúdico-pedagógica adequada à sua idade/ desenvolvimento, quer em equipamentos internos, ou inserida nos equipamentos da Comunidade.

- 0-3 anos – Ante pré-escolar;
- 3-5 anos – Pré-primária;
- A partir dos 6 anos – Ensino básico (1.º ciclo) – No corrente ano frequentaram 19 Crianças.

Prosseguiu-se com o trabalho de intervenção precoce, visando estimular as capacidades globais de cada criança, proporcionando o seu desenvolvimento equilibrado e harmonioso, através da implementação de actividades lúdicas, pedagógicas, culturais e sociais. Quer durante o ano lectivo, em contexto de sala de Educação de Infância, quer durante o Verão, época balnear, são desenvolvidas inúmeras actividades para que as crianças possam usufruir de novas experiências e/ou realidades e contextos diversificados.

b. Foi dada continuidade à colaboração com Escolas, Institutos e Universidades, quer a nível Nacional, quer Internacional em realização de estágios curriculares em diferentes áreas de formação nomeadamente, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, Apoio Psicossocial, Animação Sociocultural, Educação de Infância, Terapia da Fala, Terapia Ocupacional e Fisioterapia, Auxiliares de Educação, entre outros.

Apoio e colaboração em trabalhos de investigação no âmbito de Mestrados e Doutoramentos.

c. Foi dada continuidade à nossa presença e/ou participação activa em Seminários, Conferências e/ou Encontros, de âmbito Nacional e Europeu.

7. Voluntariado

Continuou a exercer-se uma forte componente de Voluntariado Técnico, além dum outro indiferenciado, com especial incidência nos meses de Verão. O RAA conta com um leque de colaboração de oitenta e seis (86) voluntários.

Queremos aqui expressar que o Refúgio Aboim Ascensão (RAA), Delegação de Faro, tem vindo a funcionar, tecnicamente, de uma forma exemplar pelo que mencionaremos, de seguida, algumas das muitas actividades, nomeadamente, os eventos em que a Instituição participou ou organizou, e as visitas pedagógicas que foram efectuadas durante o ano de 2017 às instalações da instituição.

Entre as várias **visitas** de entidades oficiais e particulares, salientam-se as seguintes:

- No dia 14 de Janeiro, visita de delegação da Juventude Popular do CDS - PP, na sequência da recolha solidária de âmbito Nacional, em plena quadra Natalícia, de angariação de bens de maior necessidade dirigidos às crianças do Refúgio Aboim Ascensão. Ao longo de três semanas, as estruturas Concelhias e Distritais, sob a coordenação da Comissão Política Nacional da JP, empreenderam esforços a fim de operacionalizar uma rede filantrópica com postos disseminados por todo o País, conseguindo juntar 1,5 toneladas de artigos (fraldas, lápis de cor, roupa interior, vestuário, bonecos para bebé, brinquedos, chuchas, babetes, cadernos infantis, plasticinas, fitas, ganchos, lacinhos para o cabelo, entre outros.). Para entregar o donativo esteve na Instituição uma comitiva liderada pelo Presidente da JP, Dr. Francisco Rodrigues dos Santos.
- No dia 26 de Janeiro, visita de comitiva da Liga Portuguesa de Futebol. Esteve presente o Presidente da Liga, Dr. Pedro Proença, os três Directores Executivos, o Presidente da Câmara Municipal de Faro, um representante da Câmara Municipal de Loulé, três representantes dos CTT, o jogador de futebol, Sandro Mendes (Embaixador da prova), três colaboradores da Liga Portugal e dois colaboradores da Liga Portugal de fotografia e vídeo. Visita efectuada no âmbito da “Corrida do Adepto”(Prova de “running” a realizar no dia 28 de Janeiro e cujas verbas geradas, pelas inscrições, reverteram para o Refúgio Aboim Ascensão).
- No dia 27 de Janeiro, visita do Dr. Juiz Joaquim Manuel da Silva, Juiz de Direito na Secção de Família e Menores do Tribunal da Comarca de Lisboa Oeste – Sintra (Autor do Livro: “A Família das Crianças na Separação dos Pais”), Professor Doutor António Guerreiro, Director da Escola Superior de Educação e Comunicação, da UALG, e, Professora Doutora Rute Monteiro, Professora Adjunta e Investigadora na ESEC/UALG. No âmbito da criação futura de um Mestrado em Estudos da Criança e, da possível, colaboração com a Instituição.
- No dia 4 de Fevereiro, visita da Pianista Teresa da Palma Pereira, no âmbito do Recital, a realizar na Instituição: “Carnaval ao Piano, Desfile de Personagens Musicais”, no dia 24 de Fevereiro.
- No dia 13 de Março, visita de Anabel Fernandes, Base Supervisor/Faro e, grupo de hospedeiros de bordo da companhia aérea Ryanair, no âmbito de donativo.

JSL
LVB
PS
12/1

- No dia 16 de Março, visita de Dr. Paulo Torres, Director do SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- No dia 21 de Março, visita de Dr. Rene Patrick Van Den Schrieck, Presidente dos Laboratórios da SARBEC/ Corine de Farme em França e Dr. Miguel Machado, Director – Geral da Empresa em Portugal, no âmbito de entrega de donativo.
- No dia 5 de Abril, visita de grupo de Seniores da Associação Sénior Castrense, no âmbito da oficina de costura solidária da Universidade da 3.º idade, de Castro Verde. Ofereceram 100 vestidos para as meninas.
- No dia 7 de Abril, visita de Mark Robson, esposa Kim Jennings e filha, e, Lady Elsie (Familiares do falecido Treinador de Futebol, Sir Bobby Robson).
- Nos dias 23, 24 e 25 de Maio, visita Técnica (Técnicos/Funcionários da Instituição) à Casa do Caminho, em Matozinhos, Porto, no âmbito do intercâmbio e partilha de conhecimentos entre a Instituição e este Centro de Acolhimento Temporário congénere.
- No dia 26 de Maio, visita de Técnicos da empresa Primestar - Servicing, S.A., empresa que presta serviços na área de recuperação de Créditos e Gestão de Imóveis, com o objectivo de realizarem acções de voluntariado na Instituição, no âmbito do Projecto “Time To Give” de responsabilidade social da Empresa.
- No dia 1 de Junho, visita da BP- Portugal, no âmbito das Comemorações do Dia Mundial da Criança e da assinatura do Protocolo Anual de fornecimento de combustível para toda a frota, do Refúgio Aboim Ascensão. É tradição na Instituição o Dia Mundial da Criança ser a data escolhida para a renovação do protocolo de fornecimento de combustíveis líquidos por parte da BP-Portugal. A Cerimónia, este ano, foi presidida pela Secretária de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, Dr.ª Célia Ramos. A BP - Portugal, na pessoa de sua Directora de Comunicação e Relações Públicas, Dr.ª Anabela Silva, em representação do Presidente da BP- Portugal, Eng.º Pedro Oliveira, assinou, mais uma vez, o Protocolo por mais um ano. Estiveram presentes, também, várias Entidades Oficiais nomeadamente, o Delegado Regional da Educação do Algarve, Dr. Francisco Manuel Marques, Dr.ª Margarida Flores, Directora da Segurança Social de Faro, o Cônsul Britânico, Mr. Clive Jewell, o Cônego César Chantre, Eng.º Luís Roberto, Dr. Fernando Mota Soares, entre outras entidades Regionais.
- No dia 3 de Julho, visita do Dr. João Pestana Dias, Director da Empresa FADUS – Special Events, no âmbito do convite para a participação, das Crianças da Instituição, na Cerimónia de Inauguração ao Público, do MAR SHOPPING, de Loulé.

- No dia 6 de Julho, visita da Dr.^a Ana Catarina Mendes, Secretária – Geral do PS.
- No dia 26 de Setembro, visita do Bloco de Esquerda, no âmbito da campanha eleitoral para as Autárquicas.
- No dia 28 de Setembro, visita do Partido Socialista, no âmbito da campanha eleitoral para as Autárquicas.
- No dia 29 de Setembro, visita da CDU, no âmbito da campanha eleitoral para as Autárquicas.
- No dia 9 de Novembro, visita do Sr. N'DJOMON Alloba Marcellin, Conselheiro Cultural da Embaixada da Costa do Marfim.
- No dia 16 de Dezembro, visita do Moto Clube de Faro com o tradicional desfile dos Pais Natal.

Relativamente a **eventos** mais importantes, são de destacar os seguintes:

- No dia 27 de Janeiro, missa do 84.º Aniversário do Refúgio Aboim Ascensão, com celebração Eucarística, no Convento de Nossa Senhora Rainha do Mundo, no Carmelo, Patação, em louvor de Nossa Senhora do Leite, padroeira do Refúgio Aboim Ascensão, celebrada por intenção de Rodrigo António Aboim Ascensão instituidor da Associação Protectora da Primeira Infância (1901- Lisboa) bem como de Manuel Aboim Ascensão de Sande e Lemos, fundador do Refúgio Aboim Ascensão (1933 - Faro), de seus filhos Rodrigo, Maria da Piedade e António Sande e Lemos e de Dina Maria Ribeiro Costa.
- No dia 28 Janeiro, “ Corrida do Adepto”. Prova de “running”, organizada pela Liga Portugal, com a colaboração da Câmara Municipal de Faro, da Polícia de Segurança Pública de Faro e da Associação de Atletismo do Algarve. Um dos eventos- satélite que irá consagrar o campeão de Inverno do futebol profissional português, a 29 de Janeiro, no âmbito da Final Four da Taça CTT. A Liga Portugal pretende, com esta iniciativa, fazer a agregação da comunidade, independentemente do género, idade ou paixão clubística de cada um. Assumindo uma forte componente de responsabilidade social, sendo que a verba gerada pelas inscrições apoiará o Refúgio Aboim Ascensão.
- No dia 28 Janeiro, participação do Director, Dr. Villas- Boas, na Exposição Internacional de Desenhos de Crianças pela Paz, na qual participaram, também, crianças do Refúgio Aboim Ascensão, a convite do Jardim de Infância de Esporões, no âmbito da Exposição de Desenhos sobre a Paz, intitulada “Now is The Time”, e do Projecto “Living Peace Inetrnational” que decorreu na Escola Secundária Alberto Sampaio, em Braga. No âmbito

JSL
LIB
MSI
RS
JSL

das Comemorações do Dia Escolar da Não Violência e da Paz. Os desenhos ficaram expostos durante o mês de Fevereiro.

- No dia 24 Fevereiro, jantar Anual de Beneficência organizado pelo famoso Comediante e Amigo, Jimmy Tarbuck, realizado em Vale do Lobo.
- No dia 16 Março, XIII Roteiro Solidário de Faro. A Rede Social de Faro (CLASF) no âmbito da valorização da comunicação entre as Instituições do Concelho de Faro que operam na área social, através dos Serviços do Departamento de Acção Social e Educação do Município de Faro, prossegue esforços para dar continuidade à promoção do ciclo de circuitos interinstitucionais que, embora de pequenas dimensões, têm por objectivo estimular o conhecimento e fomentar o diálogo e a articulação estreita entre as mesmas. O Programa deste roteiro deu a conhecer a IPSS MAPS – Movimento de Apoio à Problemática da Sida – “Projecto Quarto Crescente” e, a Unidade de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção de Milreu em Estoi, da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social.
- No dia 18 Abril, 5th Gala Charity Golf Extravaganza, realizada no Bovino Steakhouse, na Quinta do Lago. Evento realizado com o objectivo de apoiar o Refúgio Aboim Ascensão, organizado por grupo de amigos Britânicos (residentes na Quinta do Lago) cujos fundadores são Rosie Sunderland e Deirdre Kelly.
- No dia 26 Abril, participação nas Cerimónias Comemorativas do Mês da Prevenção dos Maus Tratos, no âmbito da Campanha Nacional promovida pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens. Elaboração de Cartaz, alusivo ao tema, pelas nossas crianças.
- No dia 16 Junho, filmagens na Instituição para a Sky Sports, no âmbito do Torneio “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic”, com as celebridades Mick e Fiona McCarthy, Bob e Megs Wilson, sob a direcção do Produtor James Dawson e de Laura Woods da Sky Sports.
- No dia 17 Junho, “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic XIV – Sportsmen & Entertainers Charity Tournament”, in aid of the Refúgio Aboim Ascensão, in celebration of Bobby’s European Years. O torneio “The Sir Bobby Robson Celebrity Golf Classic” realiza-se anualmente no Pestana Vila Sol Golf Resort. Trata-se de um torneio de caridade iniciado por Sir Bobby Robson em 2004 com o objectivo de angariar fundos para apoiar as crianças do Refúgio Aboim Ascensão, proporcionando aos participantes a oportunidade de se envolverem numa iniciativa solidária. Esta foi a 13.ª edição. Desde o falecimento de Sir Bobby Robson, em 2009, a sua família representada pela esposa Ladie Elsie Robson tem dado continuidade a esta iniciativa. Esta iniciativa tem sido, desde o início, organizada

“Roger Eastoe & Associates”. Dos muitos participantes do torneio, na maioria celebridades das várias áreas do desporto e entretenimento destaca-se nomes como Steve Bruce, Micck McCarthy, Alan Shearer, Kenny Dalglish, Alan Brazil, Harry Redknapp and Sam Allardyce.

- No dia 1 Dezembro, cerimónia de abertura das 3.000 Lâmpadas de Natal. Presidiu este ano à Cerimónia de inauguração a Jornalista, Dr.^a Maria Antónia Palla. Estiveram presentes várias entidades nomeadamente, o Presidente da Câmara Municipal de Faro, Dr. Rogério Bacalhau, Dr. Rodrigo Sande e Lemos, Vice - Presidente da ABRAA, a Dr.^a Margarida Flores, Directora do CDSS de Faro, a Dr.^a Alexandra Gonçalves, Directora Regional de Cultura do Algarve, Sr. Desidério Martins, Director da RTA, Dr.^a Nídia Cavaco, Presidente da CPCJ de Faro, Dr. Francisco Manuel Marques, Delegado Regional de Educação do Algarve, o Presidente da Câmara Municipal de S. Brás, Dr. Vítor Guerreiro, Dr. Manuel Pedroso Marques, Eng.^o Luís Roberto, entre outras entidades Regionais. Estiveram, também, presentes Mecenaz e membros da Comunidade. As Lâmpadas de Natal estiveram ligadas até ao dia dos Reis, uma tradição que se cumpre todos os anos durante esta época.

Património da Associação

Colónia Balnear da Ilha de Faro

Realizaram-se obras de melhoramento e de manutenção na Colónia Balnear, nomeadamente, na zona frequentada pelas crianças do Refúgio durante o verão. Quanto à possibilidade e viabilidade de investimento na Colónia Balnear, a Direcção da ABRAA continua a aguardar o parecer da Câmara Municipal de Faro (CMF), o qual está dependente das conclusões do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, PROTA Algarve. Entretanto, a Associação continua a procurar parcerias entre entidades públicas e/ou privadas, para a possibilidade de reabilitação e utilização da Colónia Balnear em conjunto.

Continua-se a aguardar resposta da CMF relativamente ao pedido de anulação da autorização que a CMF concedeu para a construção de um muro divisório da Colónia de férias por parte de um estabelecimento comercial vizinho. A concessionária das instalações contíguas à Colónia Infantil comprometeu-se a retirar este muro logo que a ABRAA o solicite.

JSL
LBP
MEL
BES
K

Horta do Canto

▪ **Viabilidade de construção ou permuta**

Continuam as diligências junto da Câmara Municipal de Faro no sentido de se estudar uma permuta entre as duas Entidades, abrangendo o terreno da Horta do Canto e outro imóvel pertença da C.M.F. e que possa gerar receitas para o Refúgio Aboim Ascensão.

▪ **Arrendamento**

A parcela urbana deste imóvel, designadamente o artigo matricial U-4633, continua arrendada.

▪ **Cedência gratuita de terreno**

A Direcção continua a autorizar a utilização do terreno sob o art.º 31 Secção H para pastoreio, mantendo-se o acordo de cessão gratuita entre as partes.

▪ **Expropriação**

Em 2012 a CMF aceitou, formalmente, regularizar a dívida referente à expropriação do terreno da Horta do Canto, no valor actualizado de €42.510,13. No entanto, durante 2017 não houve qualquer pagamento, pelo que a resolução desta situação continua a prolongar-se.

Imóvel sito na Avenida João Crisóstomo, Lisboa

Em Maio de 2017 com o dinheiro da venda do terreno do Campo Grande em Lisboa, foi comprado um andar na Avenida João Crisóstomo, o qual foi arrendado em Julho por um período de três anos, gerando rendimento para a Associação.

Imóvel sito na Rua Ascensão Guimarães, Faro

Em Janeiro de 2017 realizou-se a escritura pública de doação do prédio situado no gaveto da Rua Ascensão Guimarães, nº 1 e Rua Aboim Ascensão, 43 freguesia de Faro, sob o artigo matricial nº 3666 e registado na Conservatória do Registo Predial de Faro sob o nº 6325. Trata-se de um imóvel classificado havendo, por esta razão, algumas reservas quanto às obras de restauro/ recuperação.

Terreno em Mafra

A Direcção decidiu vender o terreno este imóvel rústico situado no concelho de Mafra, por não trazer rendimento significativo à ABRAA. Em Outubro foi assinado o contrato de promessa de compra e venda com a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras, que apresentou o direito de preferência.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "JSL", "LVB", "MSI", and "LVB".

Legados à ABRAA

A Sra. D. Maria Odete Cabrita Bacalhau Meijinhos em testamento constituiu a ABRAA como herdeira universal do remanescente da sua quota disponível à data da sua morte, faziam parte do acervo patrimonial hereditário dois imóveis sítos na Quarteira e uma conta bancária. Realizou-se a partilha dos bens entre a Associação e o viúvo, tendo ficado um dos imóveis e a conta bancária para a ABRAA.

A Sra. D. Maria Isabel Rodrigues dos Santos deixou em testamento, à ABRAA, um imóvel corresponde a um apartamento, em Faro.

A Sra. D. Ivone Borges Coelho deixou em testamento público, à ABRAA e aos Bombeiros de Silves, em partes iguais, todos os bens móveis e contas bancárias existentes à data da sua morte.

Mecenato e voluntariado

A Direcção de ABRAA, quer aqui expressar os mais sinceros agradecimentos, a todos quantos procuram ajudar com a sua contribuição no sentido de procurar aumentar a eficácia da acção que esta Associação tem vindo a desenvolver respeitante ao bem-estar de todas as crianças que têm vindo a beneficiar deste auxílio. Queremos salientar aqui, entre outros, os nomes de alguns patrocinadores efectivos, como a seguir se descreve:

- Sir Bobby Robson Golf Classic
- Reach For Refúgio
- BP Portugal
- Ryanair Limited
- Grupo Pestana
- Liuna Local 183 – Toronto – Canadá
- Presidents Club Charitable Trust
- Robertos & Matias, Lda
- OVBC Management Company, Lda.
- Bernard J. Ord

Um agradecimento especial a todos os voluntários no RAA que com a sua dedicação contribuem para o bem-estar das crianças.

JIL
UB
MSI
RS
be 15/12

Assembleias Gerais

Em 2017 realizaram-se duas Assembleias Gerais, as quais ocorreram nas seguintes datas:

- Assembleia Ordinária realizada a 29 de Março de 2017, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção do ano 2016; Deliberar sobre a alienação do prédio rústico denominado “A Pé da Serra”, sito no Sítio de Montegordo, em Mafra, registado na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 2095/20140806, da freguesia de Sobral da Abelheira e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 77.º, secção 1E, da União das Freguesias da Azueira e Sobral da Abelheira, a terceiros proponentes por um preço mínimo a deliberar em Assembleia Geral; Deliberar sobre a aquisição do imóvel sito na Avenida João Crisóstomo, n.º 57, da freguesia das Avenidas Novas, concelho de Lisboa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o n.º 1290, e inscrito na respectiva matriz urbana, sob o artigo n.º 2245; Deliberar sobre a alteração dos Estatutos em conformidade com o ofício da Direcção-Geral da Segurança Social de 10 de Janeiro de 2017; Deliberar sobre a partilha dos bens legados em testamento à Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão pela Exma. Senhora D. Maria Odete Cabrita Bacalhau Meijinhos com o cônjuge da falecida, Exmo. Senhor José da Silva Ribeiro Meijinhos, por ofensa da legítima estabelecida no artigo 2158.º do Código Civil.
- Assembleia Ordinária realizada a 25 de Outubro de 2017, cuja ordem de trabalhos foi: Apreciação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2018; Apreciação do Parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre o Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2018; Votação do Orçamento e do Plano de Acção para o ano de 2018; Deliberar sobre a partilha de bens da Sra. D. Maria Odete Cabrita Bacalhau Meijinhos.

Massa associativa

Em 2017 a Associação perdeu dois associados, um por desistência e outro por falecimento.

Contas da Direcção

A significância dos Resultados Líquidos prende-se com o esforço que o Refúgio vem desenvolvendo, no sentido de mobilizar os seus Mecenas para a constituição de um fundo que permita levar à prática a construção futura, em terreno contíguo à Instituição, de um novo edifício anexo ao actual equipamento. Este edifício, entre outras finalidades inerentes ao acolhimento de

Emergência Infantil, irá propiciar um novo habitáculo para as crianças das faixas etárias 2-4 e 4-6 anos, de molde a conceder a cada uma delas, uma maior cubiculização e um menor confinamento.

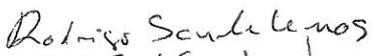
A faixa etária de 0-2 anos continuará nas instalações actuais, perfeita e actualizadamente adequadas a este tipo de Unidade Pediátrica.

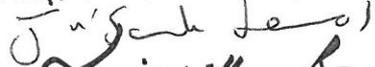
A Direcção da ABRAA apreciou e acompanhou com cuidado e atenção os elementos disponibilizados pelo Técnico Oficial de Contas, tendo a referir que o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, se saldou com um resultado positivo de € 382.942,51. Propomos que o resultado deste exercício seja transferido para Resultados transitados.

Lisboa, 22 de Fevereiro de 2018

A Direcção

Prof. Doutora Maria da Conceição Pizarro de Sande e Lemos da Cunha e Sá 

Dr. Rodrigo Salema de Sande e Lemos 

Prof. Doutor José Pizarro de Sande e Lemos 

Dr. Luís Gonzaga Coelho Vilas-Boas Marques 

D. Maria João Pereira Cabral Salema de Sande e Lemos 



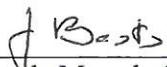
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO
Instituição Particular de Solidariedade Social

PARECER DO CONSELHO FISCAL

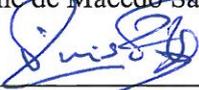
Exmos. Senhores Associados,

1. Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, cumpre-nos apresentar o relatório e parecer sobre as contas e Relatório de Gestão apresentados pela Direcção da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E REFÚGIO ABOIM ASCENSÃO, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que evidenciam um resultado líquido positivo de 382.943 euros.
2. Acompanhámos com a periodicidade e extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Associação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, com base na informação contabilística. No âmbito das consequências legalmente estabelecidas considerámos convenientes para o desempenho das nossas funções.
3. No final do exercício analisámos o Relatório de Gestão, apresentado pela Direcção tendo concluído que está elaborado em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Verificámos igualmente as contas que nos foram submetidas para emissão de parecer, as quais estão em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Apreciámos também a Certificação Legal de Contas, que merece toda a nossa concordância.
5. Conforme referido no Anexo às contas, a partir de 01 de janeiro de 2012 a Associação procedeu à conversão das suas contas em conformidade com o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).
6. Como resultado das ações de fiscalização exercidas, somos da opinião que as contas apresentadas, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e correspondente Anexo, refletem a situação económica e financeira da Associação à data que se reportam.
7. Nestas condições somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:
 - o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
 - a proposta de aplicação dos Resultados apresentados pela Direcção.

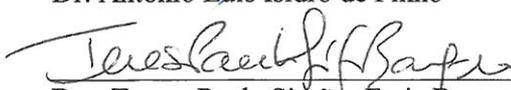
Lisboa, 05 de março de 2018 



Dr. Jaime de Macedo Santos Bastos



Dr. António Luís Isidro de Pinho



Dra. Teresa Paula Simões Faria Barroqueiro



Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão

Instituição Particular de Solidariedade Social

Fundada em 1907

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

Índice	2
Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2017 e 2016	5
Anexo	6
1. Identificação da Entidade	6
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	6
3. Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1. Bases de Apresentação	6
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	16
6. Propriedades de investimento	17
7. Ativos Intangíveis	17
8. Inventários	18
9. Rédito	18
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	19
11. Instrumentos financeiros	19
11.1. Investimentos financeiros	19
11.2. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.3. Créditos a receber	20
11.4. Caixa e Depósitos Bancários	20
11.5. Fornecedores	20
11.6. Outros passivos correntes	21
12. Benefícios dos empregados	21
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
14. Outras Informações	22
14.1. Diferimentos	22
14.2. Fundos Patrimoniais	23
14.3. Fornecimentos e serviços externos	23
14.4. Outros rendimentos	25
14.5. Outros gastos	25
14.6. Outros	26
14.7. Acontecimentos após data de Balanço	26

Balço em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

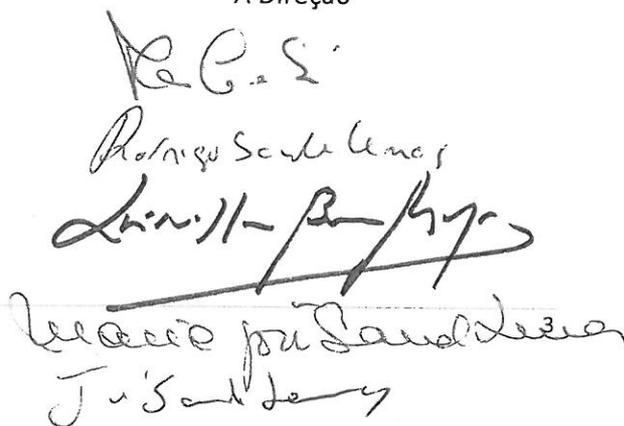
Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	1.667.613,55	1.116.769,91
Propriedades de investimento	6	-	-
Ativos intangíveis	7	1.233,74	1.263,89
Investimentos financeiros	11.1	2.328,88	1.483,52
Subtotal		1.671.176,17	1.119.517,32
Ativo corrente			
Inventários	8	150.036,56	147.780,72
Créditos a receber	11.3	22.703,00	36.131,24
Estado e outros Entes Públicos	11.2	5.065,02	6.962,30
Diferimentos	14.1	27.908,52	24.875,92
Caixa e depósitos bancários	11.4	2.877.133,40	3.029.807,48
Subtotal		3.082.846,50	3.245.557,66
Total do Ativo		4.754.022,67	4.365.074,98
Fundos patrimoniais e Passivo			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.2	122.199,75	122.199,75
Reservas	14.2	287.432,29	287.432,29
Resultados transitados	14.2	2.992.984,78	2.298.904,46
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.2	661.927,41	618.419,26
Resultado Líquido do período		382.942,51	694.080,32
Total dos Fundos Patrimoniais		4.447.486,74	4.021.036,08
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	33.872,91	45.529,83
Estado e outros Entes Públicos	11.2	38.733,20	35.050,27
Diferimentos	14.1	18.318,12	15.957,37
Outros passivos correntes	11.6	215.611,70	247.501,43
Subtotal		306.535,93	344.038,90
Total do Passivo		306.535,93	344.038,90
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		4.754.022,67	4.365.074,98

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção



Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	270,00	215,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	1.782.074,76	1.752.560,20
Custo das mercad. vendidas e das mat.s consumidas	8	(211.288,48)	(227.046,25)
Fornecimentos e serviços externos	14.3	(482.681,06)	(490.243,50)
Gastos com o pessoal	12	(1.561.062,08)	(1.510.482,82)
Outros rendimentos	14.4	1.040.100,83	1.332.598,34
Outros gastos	14.5	(46.508,63)	(25.761,30)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		520.905,34	831.839,67
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6, 7	(137.962,83)	(137.759,35)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		382.942,51	694.080,32
Resultados antes de impostos		382.942,51	694.080,32
Resultado líquido do período		382.942,51	694.080,32

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção

R.C.S.
Rodrigo Santa Ana,
Presidente



Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

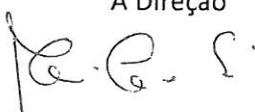
Rubricas	Notas	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Pagamento a fornecedores		(540.891,72)	(542.882,07)
Pagamentos ao pessoal		(1.111.102,93)	(1.080.529,09)
Caixa gerada pelas operações		(1.651.994,65)	(1.623.411,16)
Outros recebimentos/pagamentos		(513.423,58)	(458.978,96)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(2.165.418,23)	(2.082.390,12)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(694.886,46)	(27.432,59)
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		16.603,20	600.000,00
Investimentos financeiros		58.306,50	33.440,90
Juros e rendimentos similares		9.846,47	15.696,39
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(610.130,29)	621.704,70
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		566.201,08	327.507,50
Outras operações de financiamento		2.056.673,36	2.045.011,18
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		2.622.874,44	2.372.518,68
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(152.674,08)	911.833,26
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.029.807,48	2.117.974,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11.4	2.877.133,40	3.029.807,48

Montantes expressos em Euros

O Contabilista Certificado



A Direção


 Rodrigo Santos Gomes
 Luísa Maria Soares Gomes
 João Santos Gomes
 Helena Maria Soares Gomes⁵

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação da Beneficência e Refúgio Aboim Ascensão (doravante apenas designada por Associação), com sede Largo do Museu da Artilharia, n.º 2, em Lisboa, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1907, que tem como atividade principal o apoio a crianças e jovens e às respetivas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho e Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Associação na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

Handwritten notes and signatures: "LMB", "15/12/17", "JSL", and a signature.

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11.3 e 11.6) e "Diferimentos" (Nota 14.1)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade está dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como gastos e rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Associação, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de forma consistente ao longo do tempo e em toda a Associação. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, impostos pagos e não restituíveis, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Associação espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Associação a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Associação tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de serem utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

4/13
8
Ra 201

Conforme disposto do ponto 7.5 do Aviso 8259/2016 de 29 de Julho as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas em 2016 como ativo fixos tangíveis.

3.2.3. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os bens encontram-se anualmente sujeitos a um teste de imparidade e a uma amortização. Estas amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos, sendo de 3 anos no caso dos programas de computador.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.4. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

3.2.5. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

JSL
LAP
RA
10/17

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	1 a 6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo as que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Propriedades de Investimento

Os ativos detidos pela Associação nesta rubrica correspondem a edifícios e outras construções detidos para obter rendimento, nomeadamente através do arrendamento. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços e também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “*Propriedades de Investimento*” são mensuradas inicialmente pelo mesmo método que os “*Ativos Fixos Tangíveis*”, sejam estas adquiridas pela Associação, sejam doadas a título gratuito a esta. Para mensuração subsequente, a Associação adotou o Modelo do Custo, onde os itens encontram-se mensurados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “*Propriedades de investimento em desenvolvimento*” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, tendo sido adotado o método da linha reta e em conformidade com um período de vida útil estimado entre 10 e 50 anos.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro, exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela Associação, estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes, utentes e outras contas a receber

Os “*Cientes e utentes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo, estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade quando estas se encontram reconhecidas para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto, nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato, a Associação avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. A partir do momento em que deixam de estar em imparidade é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos pela forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Associação ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados atribuídos pelo governo, fundadores ou outras entidades.

3.2.7. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (nas atividades sujeitas), abatimentos e descontos.

3.2.10. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas; “

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Desta forma, toda a atividade da Associação encontra-se isenta de IRC. Eventual imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a tributações autónomas nos termos do n.º 2 do art.º 88 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Associação reconhece o crédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, quando seja provável a obtenção de benefícios económicos futuros. O montante do crédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a um serviço prestado estejam substancialmente resolvidas. A Associação baseia as suas estimativas em resultados históricos, na natureza do serviço e na especificidade de cada acordo.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

3.2.8. Provisões

Periodicamente a Associação analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Associação reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Associação reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação. Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Associação. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9. Financiamentos Obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados no passivo pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

5. Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos nos ativos fixos tangíveis ocorridos durante os exercícios de 2016 e 2017, bem como as depreciações e amortizações registadas, resumem-se no quadro em baixo.

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Depreciações	Alienações / Cedências	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
Terrenos e recursos naturais	342.834,31	2.269,17	(92.793,07)	2.517,26	254.827,67
Edifícios e outras construções	1.248.533,52	73.575,59		7.551,80	1.329.660,91
Equipamento básico	448.184,79	24.834,48	(9.434,00)		463.585,27
Equipamento de transporte	575.022,27				575.022,27
Equipamento administrativo	375.135,54	3.198,01	(20.731,09)		357.602,46
Outros Ativos fixos tangíveis	208.648,63	524,39	(3.864,88)		205.308,14
Total	3.198.359,06	104.401,64	(126.823,04)	10.069,06	3.186.006,72
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(777.700,36)	(22.176,73)		(906,24)	(800.783,33)
Equipamento básico	(380.514,55)	(34.525,97)	9.295,55		(405.744,97)
Equipamento de transporte	(233.539,41)	(75.525,14)		-	(309.064,55)
Equipamento administrativo	(373.164,31)	(2.032,10)	19.673,89	-	(355.522,52)
Outros Ativos fixos tangíveis	(198.519,77)	(4.511,99)	4.910,32	-	(198.121,44)
Total	(1.963.438,40)	(138.771,93)	33.879,76	(906,24)	(2.069.236,81)
Total Líquido	1.234.920,66	(34.370,29)	(92.943,28)	9.162,82	1.116.769,91
31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Depreciações	Alienações / Cedências	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo					
Terrenos e recursos naturais	254.827,67	158.490,98	-	-	413.318,65
Edifícios e outras construções	1.329.660,91	433.417,50		-	1.763.078,41
Equipamento básico	463.585,27	10.809,72	(762,52)		473.632,47
Equipamento de transporte	575.022,27	76.600,82	(55.755,40)		595.867,69
Equipamento administrativo	357.602,46	8.928,40	(15.739,94)		350.790,92
Outros Ativos fixos tangíveis	205.308,14	528,90			205.837,04
Total	3.186.006,72	688.776,32	(72.257,86)	-	3.802.525,18
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(800.783,33)	(25.610,81)			(826.394,14)
Equipamento básico	(405.744,97)	(23.061,08)	762,52		(428.043,53)
Equipamento de transporte	(309.064,55)	(84.364,29)	55.755,40	-	(337.673,44)
Equipamento administrativo	(355.522,52)	(2.780,28)	15.739,94	-	(342.562,86)
Outros Ativos fixos tangíveis	(198.121,44)	(2.116,22)	-	-	(200.237,66)
Total	(2.069.236,81)	(137.932,68)	72.257,86	-	(2.134.911,63)
Total Líquido	1.116.769,91	550.843,64	-	-	1.667.613,55

Handwritten signatures and initials: JJI, LBS, RA, and others.

3.2.11. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de refeição, abono para falhas, subsídio de férias, subsídio de Natal e outras retribuições que eventualmente possam ser designadas pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no exercício em que os serviços foram prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento. Desta forma, a responsabilidade com férias, subsídio de férias e respetivos encargos sociais, a liquidar no exercício económico seguinte, encontram-se espelhadas num passivo (Nota 12).

3.2.12. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Associação são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/ recebimentos das transações, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos, ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/ transações.

3.2.13. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Em 2014 a Associação adotou o sistema de duodécimo como política de depreciação ou amortização para os seus Ativos Fixos Tangíveis, Ativos Intangíveis e Propriedades de Investimento, em detrimento do sistema de quotas anuais que vigorou até 2013.

6. Propriedades de investimento

A Associação dispõe de investimentos em edifícios que se encontram arrendados a terceiros. O valor escriturado dos investimentos e respetivas depreciações, relativas aos exercícios de 2016 e 2017, encontram-se em baixo discriminadas:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Depreciações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2.517,26	-	-	(2.517,26)	-
Edifícios e outras construções	7.551,80	-	-	(7.551,80)	-
Total	10.069,06	-	-	(10.069,06)	-
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	(906,24)	(151,04)	-	1.057,28	-
Total	(906,24)	(151,04)	-	1.057,28	-
Total Líquido	9.162,82	(151,04)	-	(9.011,78)	-

As transferências referem-se à reclassificação para ativos fixos tangíveis (nota 3.2.2.).

7. Ativos Intangíveis

O quadro abaixo resume os movimentos corridos nesta rubrica no exercício de 2016 e 2017:

31 de Dezembro de 2016

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições / Depreciações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Custo					
Programas de Computador	11.747,94	-	-	-	11.747,94
Total	11.747,94	-	-	-	11.747,94
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	(10.451,19)	(32,86)	-	-	(10.484,05)
Total	(10.451,19)	(32,86)	-	-	(10.484,05)
Total Líquido	1.296,75	(32,86)	-	-	1.263,89

JSL

LIB
KBI
KBI

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Depreciações	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Custo					
Programas de Computador	11.747,94			-	11.747,94
Total	11.747,94	-	-	-	11.747,94
Depreciações acumuladas					
Programas de Computador	(10.484,05)	(30,15)		-	(10.514,20)
Total	(10.484,05)	(30,15)	-	-	(10.514,20)
Total Líquido	1.263,89	(30,15)	-	-	1.233,74

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

31 de Dezembro de 2016

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	154.095,19	143.826,52	76.905,26	(227.046,25)	147.780,72
Total	154.095,19	143.826,52	76.905,26	(227.046,25)	147.780,72

31 de Dezembro de 2017

Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassific. e regularizações	Custo Mer. Vendida	Inventário Final
Matérias subsidiárias e de consumo	147.780,72	144.319,88	69.224,44	(211.288,48)	150.036,56
Total	147.780,72	144.319,88	69.224,44	(211.288,48)	150.036,56

9. Rédito

Durante os exercícios de 2016 e 2017 os réditos obtidos provinham na sua totalidade de quotizações dos associados. As quotas estão a ser reconhecidas numa base de caixa, dado o valor anual da quota e o número de associados em dívida serem reduzidos.

Descrição	2017	2016
Prestação de Serviços:		
Quotas dos utilizadores	270,00	215,00
Total	270,00	215,00

JSL
LPS
MSA

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2017, a Associação tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo:		
Centro regional da Segurança Social	1.434.940,80	1.405.426,20
Autarquias	-	-
Ministérios	347.133,96	347.134,00
Total	1.782.074,76	1.752.560,20

11. Instrumentos financeiros

A Associação, nos exercícios de 2016 e 2017, teve as rubricas de ativos e passivos financeiros indicados nos subpontos seguintes.

11.1. Investimentos financeiros

A Associação dispõe dos seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2017	2016
Outros Investimentos financeiros:		
Títulos da dívida pública	255,36	212,80
Fundo de Compensação do Trabalho	2.073,52	1.270,72
Perdas por Imparidade Acumuladas		-
Total	2.328,88	1.483,52

A variação do valor dos títulos de dívida pública deve-se à actualização do valor de acordo com certidão recebida.

11.2. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5.065,02	6.962,30
Total	5.065,02	6.962,30
Passivo		
Retenção de impostos sobre rendimentos	9.918,44	9.357,14
Segurança Social	28.742,41	25.620,78
FCT e FGCT	72,35	72,35
Total	38.733,20	35.050,27

11.3. Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	14.812,52	17.331,23
Adiantamentos a Fornecedores gerais		
Fornecedores de investimentos	1.359,35	2.374,09
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Receitas diferidas não especificadas	3.229,09	12.915,13
Outros Devedores	4.661,39	4.870,14
Perdas por Imparidade	(1.359,35)	(1.359,35)
Total	22.703,00	36.131,24

11.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	7.653,15	10.289,73
Depósitos à ordem	547.480,25	556.567,75
Depósitos a prazo	2.322.000,00	2.462.950,00
Total	2.877.133,40	3.029.807,48

11.5. Fornecedores

Os saldos de fornecedores referem-se a faturas em dívida a entidades prestadoras de serviços ou fornecedoras de bens essenciais ao funcionamento da Associação com maturidade inferior a 30 dias.

Fornecedores

Descrição	2016		2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Fornecedores c/c	0,00	45.529,83	0,00	33.872,91
Total	0,00	45.529,83	0,00	33.872,91

11.6. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Pessoal:		
Remunerações a pagar	193.054,42	174.668,17
Fornecedores de Investimentos	5.444,59	67.055,91
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar		
Outros acréscimos de gastos	5.381,79	5.777,35
Outros credores	11.730,90	-
Total	215.611,70	247.501,43

12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Associação em 2016 e 2017 foi de "88" e "90", respetivamente. O número de membros dos órgãos sociais, direção e conselho fiscal, foram de 8, sendo remunerado o presidente do conselho fiscal sob a forma de prestação de serviços.

Os gastos que a Associação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações ao Pessoal	1.261.433,66	1.224.728,74
Indemnizações	-	476,00
Encargos sobre as Remunerações	255.446,87	246.193,77
Seg. Ac. Trabalho e Doenças Profissionais	12.008,09	10.199,04
FGCT	65,40	
Outros Gastos com o Pessoal	32.108,06	28.885,27
Total	1.561.062,08	1.510.482,82

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

JSL
LJB
M-JSL
RSL

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas informações de cada rubrica relevante do Balanço e Demonstração de Resultados que ainda não tenha sido alvo de divulgação.

14.1. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Gastos diversos a reconhecer	27.908,52	24.875,92
Total	27.908,52	24.875,92
Descrição	2017	2016
Rendimentos a reconhecer		
Rendas de imóveis	2.104,84	2.100,34
Outros rendimentos a reconhecer	16.213,28	13.857,03
Total	18.318,12	15.957,37

Os Gastos diversos a reconhecer são relativos a diferimentos de gastos diversos (seguros/condomínios/quotas/medicina do trabalho) e reconhecimento do combustível da BP, que à medida que é consumido será reconhecido como um donativo em espécie.

14.2. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2016
Fundos	122.199,75	-	-	-	122.199,75
Excedentes técnicos	-	-	-	-	-
Reservas	287.432,29	-	-	-	287.432,29
Resultados transitados	1.918.922,70			379.981,76	2.298.904,46
Excedentes de revalorização	-	-	-	-	-
O. variações fundos patrimôn.	616.435,98	1.983,28		-	618.419,26
Resultado do Exercício	379.981,76	694.080,32	-	(379.981,76)	694.080,32
Total	3.324.972,48	696.063,60	-	-	4.021.036,08

31 de Dezembro de 2017

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	122.199,75	-	-	-	122.199,75
Reservas	287.432,29	-	-	-	287.432,29
Resultados transitados	2.298.904,46			694.080,32	2.992.984,78
O. variações fundos patrimôn.	618.419,26	47.156,48	(3.648,33)	-	661.927,41
Resultado do Exercício	694.080,32	382.942,51	-	(694.080,32)	382.942,51
Total	4.021.036,08	430.098,99	(3.648,33)	-	4.447.486,74

Anualmente, da rubrica "outras variações nos fundos patrimoniais", são transferidos para "Outros rendimentos e ganhos" os valores relativos à depreciação dos ativos doados.

14.3. Fornecimentos e serviços externos

JSL LIB 198
De-SE PR

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Trabalhos especializados	23.533,88	23.366,95
Publicidade e propaganda	2.291,49	13.625,26
Honorários	103.188,15	95.452,59
Comissões	1,50	-
Conservação e reparação	84.517,20	98.569,07
Serviços bancários	1.710,96	1.508,85
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	21.579,34	22.099,89
Livros e documentação técnica	1.203,43	221,67
Material de escritório	12.588,29	9.817,05
Artigos para oferta	1.295,38	2.208,75
Outros erviços	4.368,78	-
Eletricidade	56.628,27	59.315,12
Combustíveis	32.402,16	35.544,92
Água	10.474,78	11.766,39
Gás	7.260,86	-
Deslocações, estadas e transportes	16.516,70	14.905,81
Rendas	615,00	-
Comunicação	28.363,09	30.239,53
Contencioso e notariado	2.096,27	706,88
Seguros	4.407,32	-
Despesas de Representação	8.431,83	7.448,13
Limpeza, higiene e conforto	3.180,15	-
Encargos de saúde com utentes (Prod. Farmacia)	32.823,24	26.813,43
Outros	23.202,99	36.633,21
Total	482.681,06	490.243,50

14.4. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares:		
Abonos	48.669,68	50.033,55
Outros rendimentos suplementares	226.038,68	242.593,07
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros:		
Alienações	15.103,20	507.206,93
Rendas de imóveis	58.002,00	32.788,76
Correções relativas a períodos anteriores	1.090,76	6.763,20
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Depreciação de Activos Fixos Doados	3.648,33	3.959,61
Benefícios de penalidades contratuais	1.723,32	-
Donativos em espécie	121.055,45	145.401,24
Donativos monetários	546.674,75	313.457,38
Processos de tribunal	11.443,33	15.573,12
Juros de depósitos bancários e outras aplicações	6.650,63	14.064,97
Outros	0,70	756,51
Total	1.040.100,83	1.332.598,34

O valor de "Outros rendimentos suplementares" refere-se essencialmente à consignação de 0,5% do IRS liquidado por contribuintes em favor da Associação.

14.5. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	33.725,26	576,25
Gastos e perdas em investimentos não financeiros:		
Abates	-	138,45
Outros	-	-
Outros Gastos e Perdas:		
Correções relativas a períodos anteriores	3.207,89	14.545,16
Donativos	60,00	187,00
Quotizações	1.302,46	1.303,96
Apoio pecuniário a carenciados	43,28	3.652,20
Outros não especificados	8.122,25	5.354,03
Juros de mora e compensatórios	47,49	4,25
Total	46.508,63	25.761,30

14.6. Outros

Em 2012 a Câmara Municipal de Faro aceitou, regularizar a dívida referente à expropriação do terreno da Horta do Canto, no valor atualizado de €42.510,13. No entanto, durante 2017 não houve qualquer pagamento à ABRAA, por este motivo a ainda não ocorreu a resolução final desta situação que continua a prolongar-se.

14.7. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pela Direção em 22 de Fevereiro de 2018.

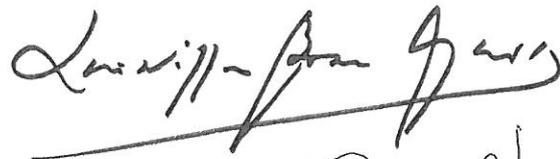
O Contabilista Certificado



A Direção



Rodrigo Sente Leães



Luís Sente Leães
Luís Sente Leães